

SAÚDE DEVE CERCAR R\$ 200 MILHÕES E PODE SOFRER INTERVENÇÃO FEDERAL

No Huse, faltam sabão, luvas, antissépticos, comida e seringas. Cirurgiões trabalham sem segurança na assepsia do material cirúrgico e clínico

Profissionais são impedidos de relatar os abusos sofridos: essa é a figura da saúde sergipana. Na semana passada, um senador, e médico, fez visita de inspeção e viu o caos

JUSTIÇA
UNIVERSIDADE
NACIONAL

Paula Coutinho
paula.coutinho@cinform.com.br

Com mais de 80 demandas nos **Ministérios Públicos** Federal e Estadual, 17 liminares judiciais favoráveis às denúncias feitas pelos profissionais da área da saúde e contrárias à Fundação Hospitalar da Saúde - FHS - e uma dívida em torno de R\$ 200 milhões com fornecedores de todo o Estado, a saúde pública, em Sergipe, vive um dos piores momentos e pode sofrer uma intervenção federal a qualquer hora, com direito até, quem sabe, a uma "visita" da Comissão da Saúde do Senado.

É o que sinalizam as ações cíveis públicas movidas pelo MPF e **MPE** em Sergipe, oriundas de inúmeros relatos de profissionais na área sobre o horror do serviço de saúde pública, agravado desde que a Fundação começou a administrar os hospitais públicos no Estado. "Nos meus 17 anos de prática da Medicina em Sergipe, nunca vivenciei tamanho caos. A tragédia começou com a criação dessa Fundação", explica o cirurgião-geral Marcos Kroger.

Esse médico conhece de cátedra o caos: ele é diretor-clínico no Hospital de Urgência de Sergipe - Huse -, centro da maior tensão nessa área. A estratégia dos Estados ao criar fundações tinha uma intenção simples: nem salários nem débitos com fornecedores entram na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Então, as dívidas podem, sim, passar de Governo para Governo, e os prejuízos também.

HERANÇA DE ROGÉRIO

O procurador regional dos Direitos do Cidadão do MPF no Estado, Ramiro Rockenbah, declara que "está em tratativas com o **MPE/SE** para decidir as medidas a serem tomadas, inclusive aquelas referentes ao pedido de intervenção do Ministério da Saúde em Sergipe".

A situação em Sergipe tem desdobramentos mais do que preocupantes: é que até a estrutura física, os prédios dos hospitais podem ser colocados à venda para quitar a tal dívida milionária. Pois, mesmo sendo uma entidade pública, a tal Fundação é de direito privado. Por contrato, as estruturas físicas dos hospitais, clínicas, postos de saúde "pertencem" a ela. Ou seja, o Estado é um "pato bobo" nessa questão.

Se um fornecedor resolver levar a tal da FHS à Justiça, pedindo a execução da dívida, é possível que os bens do Estado sejam postos à venda e entrem em negociação, porque lhes pertencem. Hoje, a entidade é responsável por todos os hospitais da rede estadual e é uma herança errada de Marcelo Déda patrocinada pelo deputado federal Rogério Carvalho, seu então secre-

tário da Saúde, que mandou e, sobretudo, desmandou nessa área.

Ana Licia Meñezes



Euza Missano: denúncias podem levar a futura intervenção



Diretoria da FHS e MPE: em busca de soluções para dívida de R\$ 200 milhões

CASO DE POLÍCIA

Só na manhã da última sexta-feira, 17, seis pacientes com fratura exposta, gritando de dor, com ossos para fora do corpo, baleados, esperavam para ser atendidos nos corredores do Huse. Lá, cirurgiões operam sem a garantia de que o material esteja 100% esterilizado, pois falta o aparelho específico para a assepsia dos instrumentos cirúrgicos. Aliás, no Huse, faltam sabão, antisséptico, luvas, roupas, macas, comida. Fornecedores não querem mais vender insumos médicos ao Estado, porque Sergipe acumula dívidas estratosféricas. Profissionais, durante anos impedidos de conversar, começam a poucos relatar o cenário antes ali vivido diariamente. Em 2011, enquanto a Diretoria da FHS viajava ao Exterior, médicos, enfermeiros, técnicos, profissionais que trabalham em regime de plantão, e chegam a ficar acordados por 24 horas seguidas, comimam ovo com repolho, com cenoura ou com alguma outra mistura. "Na época da chacina dentro do Huse, a preocupação era com a volta e voltássemos imediatamente ao trabalho. Após o tiroteio, todos os celulares de todos os diretores da Fundação estavam desligados. O secretário me mandou calar a boca, disse que eu não devia ficar falando sobre o ocorrido", relata o médico Marcos Kroger.

CIRURGIAS SUSPENSAS

Nas duas últimas semanas, estarecida com os problemas, a secretária estadual da Saúde, Joélia Santos, criou um Gabinete de Crise na Rede da Saúde de Sergipe. "Ela tem vontade política, mas será que terá força?", questiona o vice-presidente do Sindicato dos Médicos - Sindimed -, o clínico-geral José Menezes. E ratifica a própria indignação. "Aquilo lá, o Huse, é um genocídio". Exemplos de mazelas e descompassos não faltam. No Hospital Cirurgia - HC -, as operações estavam suspensas até quinta-feira da semana passada, 16. O problema no HC já é com os repasses municipais. O presidente desse hospital, o médico Gilberto dos Santos, argumenta que a Secretaria Municipal da Saúde - SMS - não está repassando os recursos destinados, que hoje ultrapassam os R\$ 6 milhões.

ATRASO NO HC

A SMS argumenta não poder repassar o dinheiro, porque o Estado possui um débito de aproximadamente R\$ 20 milhões, exatos R\$ 19.096.659,64, com a saúde municipal, impedindo assim essa Secretaria de distribuir recursos à rede municipal e, consequentemente, ao HC.

O MPE teve que intervir na questão, com mais uma ação civil pública, pedindo o congelamento dos valores em atraso no HC. Sinais de que a saúde, no município, vai mesmo mal. Foram sentidos também na semana passada com as declarações da deputada estadual Goretti Reis. Alegando precisar se preparar para a campanha eleitoral deste ano, quando tenta a reeleição, ela deixou o cargo de secretária municipal da Saúde e argumentou que dívidas municipais da Secretaria com o HC, a maternidade Santa Isabel e o Hospital São José giram em torno de R\$ 4 milhões. ■

PEDIATRAS SE DEMITEM EM MASSA

Nada pode conter as demissões em massa, uma após a outra, dos seis cirurgiões pediátricos sergipanos, os únicos da Rede Estadual. Um deles, o conceituado Sebastião Duarte, concursado e com 19 anos de Huse, desistiu do cargo quase aos prantos.

"Vi aquele homem tão sábio, ali na minha mesa, entregando o pedido de demissão, quase chorando, por não encontrar condições de trabalho", relata o diretor-clínico do Huse, Marcos Kroger.

Visitas de autoridades ao Hospital de Urgência de Sergipe são permitidas, mas muitas maquiadas. Na semana passada, o senador e médico Eduardo Amorim e o deputado, médico e presidente da Comissão de Saúde da Alese, Gilson Andrade, foram oficialmente ver de perto o caos do Huse.

Entraram, mas foram tão vigiados que quase tiveram o objetivo dificultado. "Eu tentava me aproximar das pessoas lá dentro do Huse, os médicos queriam con-

versar comigo, mostrar os problemas, mas a direção me chamava o tempo todo. Estávamos integralmente cercados por alguém que temia que tirássemos fotos com celulares", revela o senador Eduardo Amorim.

Mas, mesmo assim, eles viram. E o que viram é deplorável. "Pacientes operados sentados em cadeiras, por causa da falta de macas. Médicos dizendo que não tinham roupas para o centro cirúrgico, pessoas gritando de dor, com fratura exposta".

O senador argumenta que o mesmo Estado que não tem dinheiro para comprar maca recusou R\$ 50 milhões do Governo Federal para a construção de hospitais de referência. "Ouvi isso do ministro da Saúde que Sergipe não será mais beneficiado, pois perdeu dois prazos. E, agora, o que Jackson Barreto consegue é mais um empréstimo de R\$ 100 milhões, que apenas adiará a solução do problema", esclarece Amorim.

JUSTIÇA CONTRÁRIA À INTERVENÇÃO

Em 2012, a promotora Euza Missano, da Promotoria dos Direitos à Saúde do MPE, entrou com uma Ação Civil Pública para que o Estado reassumisse, no prazo de 30 dias, o serviço público de saúde à população, nos estabelecimentos hospitalares do Huse e da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes.

No relatório do MPE, a promotora defendeu ainda a ilegalidade da FHS, apontando o afastamento da Lei nº 6.347/2008, que rege a criação das fundações.

Solicitou ainda uma intervenção federal. "Mas a Justiça, que muito nos ajuda aqui na Promotoria da Saúde, parece que não entendeu a necessidade de uma intervenção", argumenta a promotora Euza Missano.

Eis um trecho do voto, na época, favorável à FHS e contrário a qualquer intervenção federal, da desembargadora Maria Aparecida Santos Gama

da Silva. "De fato, a determinação judicial no sentido de que o Estado de Sergipe reassuma, no prazo de 30 dias, o serviço público da saúde no Huse e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, a meu sentir, não se configura situação excepcionalíssima suficiente a ponto de mitigar a norma legal supracitada. Ao contrário (...)".

ESTADO É CALOTEIRO

Fornecedores a um Estado que não possui crédito é coisa rara. Eles não têm parceria. Na ação do MPE, ainda em 2012, havia uma lista deles com muito a receber. De lá para cá, o número aumentou, levando profissionais conceituados, médicos como a pediatra Glória Teresa Lima Barreto, presidente da Sociedade de Pediatria em Sergipe, a afirmar, em bom e alto som, que "o Estado é caloteiro". "Não falta dinheiro, falta é gestão", diz. Alguns poucos continua-

ram fornecendo insumos e material ao Estado, como a empresa Dall, fornecedora de carne e embutidos, ou a Flex Hospitalar Ltda, a Promed, a Cenutri, que, mesmo com o acúmulo de dívidas durante esses anos - tudo isso por causa do comprometimento ético e pessoal.

"Existem dois pacientes em tratamento oncológico no Huse necessitando do medicamento Erbitux e, se houver suspensão da assistência, os pacientes podem morrer", relatou em juízo o proprietário da Promed, Manoel Raimundo Almeida Mendonça, ainda em 2012.

Também não foram cumpridos contratos licitatórios firmados com a Flex Hospitalar para fornecimento de insulina, heparina, soro fisiológico, soluções parentais, luvas cirúrgicas, seringas, segundo o representante da empresa, Luiz Carlos Lima.





ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS